



Fundamentos para uma Geografia do tempo livre (1992)

Autor(es): Gama, António

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32192>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0432-9_4

Accessed : 19-May-2017 17:39:13

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



Norberto Pinto dos Santos
António Gama
Coordenação

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

(Página deixada propositadamente em branco)



E N S I N O



(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
António Gama
Coordenação

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

(Página deixada propositadamente em branco)

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
SerSilito • Maia

ISBN
978-989-8074-56-0

DEPÓSITO LEGAL
286421/08

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Programa Operacional Ciência, Tecnologia,
Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III



CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

António Gama
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

FUNDAMENTOS PARA UMA GEOGRAFIA DO TEMPO LIVRE*

Ce que nous savons de l'espace, nous le tenons des sciences pures. Nous le tenons aussi des mythes.

Ce que nous savons de l'espace, nous le tenons peut-être du langage, du plus pure et du plus raffiné au plus dense et au plus compact.

Ce que nous savons du temps, nous le tenons du corps et des choses en elles-mêmes; de la naissance et de la mort, de semailles et des moissons, du travail, du vieillissement, de la fatigue et de l'usure, de la consommation et des ordures, des astres qui passent au dessus de nous.

Ce que nous savon du temps, nous le tenons de nos pratiques et de nos sciences appliquées.

Michel Serres

'Espace et Temps' in *Sur l'aménagement du temps*, p. 13.

1. Tempo social e tempo livre

“A noção de tempo está inscrita em todas as sociedades humanas, no *continuum* da história colectiva e da experiência vivida” (Bailly & Béguin, 1982: 71).

Compreender a sociedade é também compreender como a imbricação do tempo e da duração geram as configurações espaciais, ou melhor, as combinações espaço-temporais. A atenção ao modo como se usa o tempo nas sociedades contemporâneas tem uma grande importância e actualidade.

Cada vez mais escassos hoje, encontram-se ligados aos problemas das sociedades industrial e pós-industrial. O consumo do tempo (e do espaço) que a organização da sociedade industrial gerou, transformando-o de modo irreversível, emerge nas discussões sobre a sociedade contemporânea. Foram os teóricos da sociedade pós-industrial que puseram na ribalta da discussão o tema do tempo e a problemática dos ócios, estes

*Texto não publicado, utilizado como texto de apoio para alunos de Geografia e Turismo, Lazer e Património. Última versão em 1992.

como atributos caracterizadores destas sociedades (Touraine, 1969). Sociedade pós-industrial, sociedade de consumo, sociedade tecnocrática, algumas das designações que são atribuídas às sociedades industriais avançadas.

O tempo livre e o ócio teriam, nestas sociedades de um tipo novo, um lugar fundamental que as diferenciaria das sociedades industriais do século XIX. Nestas, o tempo, o tempo livre e o trabalho teriam um significado diferente e menos autónomo do que aquele que as descobertas técnicas permitiram vir a gerar-se.

A organização socioeconómica nossa contemporânea, com as suas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, tanto nas formas de enquadramento jurídico, como na vida quotidiana, suscita, cada vez, questionar mais a problemática do tempo. O interesse recente de várias disciplinas é disso um exemplo eloquente. O tempo, sequência de instantes, quantificáveis, de percepção diferenciada, longo ou curto, aprazível ou angustioso, célere ou *parado*, inscreve-se na duração e, como o espaço, mede-se em distância. O tempo é geralmente referenciado em duas acepções: o tempo cíclico e o tempo evolutivo. “A linguagem quotidiana como a linguagem científica faz uma distinção entre duas noções de tempo: um tempo criador, da génese, da evolução e um tempo repetitivo, cíclico e vazio, da morte” (Rosnay, 1981: 53). Um refere-se à vida e à sua evolução, o outro aos ritmos, aos ciclos, diurno, semanal, mensal, anual.

Medido, cronometrado, ritmado, constantemente controlado, impõe-se hoje, no quotidiano das sociedades ditas *modernas*, de uma forma mais globalizante que nunca. Escasso, avaliado como recurso, é rigorosamente contabilizado em todas as instâncias. A sua importância reflecte-se no relevo que lhe atribuem tanto cientistas como filósofos, dirigentes das instituições sociais ou o homem comum. Do tempo de trabalho ao tempo livre, a sua avaliação está inserida no nosso quotidiano.

Ao tempo associa-se uma outra noção: a de espaço. Mas elas são interligadas pois “o espaço é temporal na sua própria natureza” (Alexander, 1920). Tempo e espaço, noções imprecisas e de contornos vagos nas fronteiras dos seus usos, surgem a todo o momento em diversas linguagens, tornando-se, por isso, difícil caracterizá-las. São, contudo, necessárias e, mesmo, imprescindíveis. Temas centrais das ciências humanas, tempo e espaço são também, e daí as dificuldades, termos da linguagem comum. Termos que se referem tanto ao real como ao imaginário colectivo das sociedades, definem-se como dimensão, onde se movem os actores como num cenário em permanente renovação, configurando papéis e relações cuja complexidade se traduz nas morfologias, nos elementos simbólicos e na arquitectura social.

Referir-nos-emos no âmbito deste estudo essencialmente ao tempo livre e às actividades e atitudes a ele ligadas. Como o tempo livre se define por oposição a um tempo não livre, a um tempo obrigado – o tempo de trabalho –, a sua inserção nas relações sociais, isto é no conjunto da sociedade, é pois fundamental. A tarefa de estudar o tempo livre e os ócios é uma tarefa que terá de ter sempre presente, implícita ou explicitamente, as suas relações com o tempo e as formas de trabalho. Assim, falar de um tempo livre só toma sentido se pesquisarmos também o tempo a que se contrapõe e o modo como com ele se relaciona.

Ao falar de tempo livre é necessário destacar em primeiro lugar o facto de o uso do tempo ser, antes de mais, um problema social. Esse uso desenvolve-se em determinados contextos sociais e assume, por isso, configurações diversificadas e

desiguais, tanto formais como de significado. Daí o interesse pela relação tempo de trabalho/tempo livre, porque ligados à esfera das relações produção/reprodução. Se o trabalho tem como finalidade essencial produzir, isto é, realizar bens que permitam a satisfação das condições básicas para a sobrevivência das sociedades, forçoso será dizer que as necessidades humanas não se confinam às consideradas vitais. O domínio da reprodução social, isto é, das actividades e práticas que permitem a manutenção das relações sociais, a produção de formas culturais e a sua transmissão e transformação, com incidências individuais e sociais, preencheu e preenche um vasto campo em todas as sociedades e, de forma particular, nas sociedades contemporâneas.

Dentre outros usos do tempo, uma grande fracção deste aspecto da reprodução social é ocupada pelos ócios, os quais estão ligados principalmente ao tempo livre. Mas a noção de tempo livre não é de todo isenta de ambiguidades visto que deve ser relacionada com o tempo de trabalho.

A relação tempo de trabalho/tempo livre não é só um problema de contabilidade de tempos, mas uma relação com o trabalho e as formas de apropriação de mais-valia. A redução de tempo de trabalho, objectivo central das lutas sociais durante largos períodos, não significa muitas vezes uma diminuição real, pois é quase sempre acompanhada de uma intensificação do trabalho, pelo que as taxas de exploração podem ser mantidas. A exploração do trabalho e a concessão de tempo livre estão em relação com o sobretalho e com a esfera do consumo, já que a um maior tempo livre corresponde um maior consumo (Pizzorno, 1959).

A organização do trabalho industrial e a sua evolução conduziram a uma valorização dos tempos livres e do ócio, diferenciando-se e opondo-se mesmo às formas como são tomados nas sociedades tradicionais. Se bem que possamos ver em muitas das transformações ocorridas a perpetuação de mitos antigos, o modo como actualmente são praticados, o seu significado social e a sua massificação levam-nos a perspectivalos em oposição aos das sociedades tradicionais: “Hesita-se, com efeito, em comparar os ócios de massa da civilização industrial e urbana e o folclore e a vida cultural de civilizações rurais e das sociedades fracamente industrializadas. Nestes dois últimos casos, o conteúdo das actividades fora do trabalho pode ser *religado* à vida profissional e social” (Touraine, 1959: 262). Um outro sociólogo e filósofo da sociedade contemporânea, H. Lefèbvre considera por seu turno, que “a grande mudança de hoje não seria tanto a passagem da raridade à abundância como a passagem do trabalho ao ócio” (Lefèbvre, 1969: 103). A importância cada vez maior na sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo é repetidamente assinalada: “Entram nas necessidades e modificações as necessidades pré-existentes. As fadigas da vida moderna tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso” (Lefèbvre, 1969: 103).

A ambiguidade de que se reveste a noção de tempo livre leva-nos, portanto, a que a questionemos e a relacionemos com a de trabalho e de ócio. A imprecisão do significado destas noções torna esta problemática objecto de controvérsias (Lanfant, 1972; Dumazedier, 1975). E a dificuldade de as definir é ainda maior nos tempos recentes, resultante da actual crise económica, pelos problemas de desemprego, subemprego, trabalho informal, e das alterações nas formas de divisão do trabalho e do uso do tempo. “A abolição do trabalho, ou, pelo menos, a redução massiva da sua duração” (Sue, 1982: 21) significavam a meta da sociedade pós-industrial, o seu sonho e a sua ilusão. A diminuição do tempo de trabalho conduziu à alteração tanto

do valor de uso do tempo e à modificação das necessidades como ao aparecimento de novas figuras da sua fruição à margem das formas estabelecidas.

Os ócios estão ligados ao domínio da cultura, nas suas implicações com a vida quotidiana, das sociedades antigas às sociedades actuais, e nas manifestações que, de uma forma ou de outra, exprimem um imaginário colectivo das sociedades, valores culturais acumulados durante longo tempo. Por esta relação com o domínio da cultura, resulta a muita atenção que a estes fenómenos é dedicada pela bibliografia antropológica. Contudo, em muitos dos estudos produzidos por este campo disciplinar, por que se referem as sociedades ditas primitivas, os conceitos que procuram traduzir as suas realidades não são adequados às das sociedades urbanas e industriais nossas contemporâneas. O universo das relações entre o trabalho e o não trabalho é distinto das sociedades ditas modernas, tanto na sua atribuição social como nos ritmos da sua repartição e não há, em grande número dos casos, lugar a uma distinção marcada entre o trabalho e o ócio produzidos pela sua organização social. A reprodução social confunde-se, nas sociedades ditas primitivas e nas sociedades rurais, com a produção, assumindo diversas formas significantes, como rituais, festas, etc., enquadradas no elemento principal da estrutura social, a família extensa. Conjugam-se o sagrado e o profano em torno do núcleo familiar e sempre dentro do espaço de sociabilidade que é a comunidade aldeã. O lugar do trabalho é o lugar do ócio e os tempos sucedem-se ciclicamente.

Mas são os fenómenos nossos contemporâneos, nas sociedades onde a organização social e económica foi profundamente marcada pelas estruturas urbanas e de produção industrial, a que a organização socioeconómica capitalista deu expressão, que nos interessam. Por isso lhes notaremos um interesse dominante e por consequência daremos uma maior atenção às disciplinas que os estudaram, a sociologia do trabalho e a sociologia do ócio, sem, contudo, esquecer muitas manifestações que, com significados já distintos dos seus tipos iniciais, tomam ainda configurações antigas, correlativas de outras relações sociais que não as de hoje, como formas de comportamento, cuja estruturação se fez à margem ou com grande autonomia dos da unidimensionalidade da sociedade pós-industrial. No mesmo sentido, a nossa atenção centrou-se predominantemente na bibliografia que versa os aspectos contemporâneos do problema.

Tempo livre, ócio e trabalho são aqui concebidos como produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram os actuais modos de vida e relações sociais. À ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio, sob os signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo.

2. Tempo livre, ócio e sociedade

Importa clarificar as noções de ócio e tempo livre. A dificuldade da sua diferenciação resulta das várias formas significantes com que se traduzem nas diversas línguas, na maneira como são equacionadas pelos investigadores do tema e finalmente no modo como se inscrevem nas arquitecturas das diversas sociedades. Estes três tipos de abordagens permitem clarificar melhor o significado daquelas noções. Por exemplo, no plano linguístico, se a tempo livre e ócio correspondem palavras diferentes nas línguas latinas e germânicas, já o mesmo não sucede nas eslavas em que são expressas por uma única (Lanfant, 1972: 40). Mas, como dissemos, a sua identificação ou diferenciação

resulta também de atitudes a que não são estranhos posicionamentos em que o esforço de cientificidade ou os preconceitos ideológicos são mais ou menos valorizados. Estas diferentes atitudes têm, pois, raízes no modo como são subjectivados os estudos.

Neste sentido, a investigação empírica desdobrou-se em função das bases teóricas nas quais se baseavam os estudiosos, vindo a formar-se duas vias principais:

1. Uma análise do ócio subordinada à do tempo livre, à sua produção, evolução e conteúdo.

2. Uma outra subordinada à do trabalho, autonomizando a problemática do ócio e dando uma maior ênfase aos aspectos do consumo (Lanfant, 1972; Thrift, 1980).

Os países da Europa de Leste, onde formas de transição para o Socialismo foram desencadeadas e especialmente a U.R.S.S., país pioneiro nestes estudos, enveredaram pela primeira das vias de estudo referidas. A ligação do tempo livre com a produção é salientada neste caso.

A segunda tendência emergiu do âmbito da sociologia do trabalho em diversos países do bloco capitalista. A sua separação como campo de estudo autónomo deu-se por volta de 1950. A França e os Estados Unidos foram os países onde se realizou maior número de trabalhos e onde estes alcançaram maior expressão teórica.

A par destas investigações, predominantemente empíricas, surgiram, em diversos centros de pesquisa da problemática da cultura e da sociedade, pesquisas e ensaios de índole diversa, alguns de crítica radical, em que o ócio e o tempo livre eram abordados. Voltaremos adiante a este assunto de modo a clarificá-lo melhor.

Qualquer que seja a corrente, com maior ou menor ênfase neste ou naquele aspecto, a problemática dos tempos livres está sempre ligada à do ócio, tomando estes conceitos maior ou menor identificação de significado. Por isso, procuraremos equacionar os termos de uma delimitação/identificação dessas duas noções.

Por um lado, como referimos, os contextos linguísticos podem estar na base da sua identificação, como é ilustrado pelas línguas eslavas para o primeiro caso ou nas germânicas e latinas para o segundo. Por outro lado, vários autores distinguem-as introduzindo diferenciações secundárias. Estas diferenciações fundam-se em subtilezas de linguagem, de modo a sustentar suposições que vão desde a concepção de não identificação de tempo livre com ócio, defendida por Dumazedier que considera o ócio como tempo libertado em relação ao trabalho produtivo (Dumazedier, 1960; Lanfant, 1972), à sua identificação total por Lefèbvre (1970).

Enquanto o primeiro diferencia tempo livre de tempo libertado, sendo o ócio as actividades e os comportamentos a que um indivíduo se dedica depois de se ter libertado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1959 e 1960), Lefèbvre introduz uma divisão tripla do tempo: tempo obrigado (o do trabalho profissional), tempo livre (o dos ócios) e tempo constrangedor (o das exigências diversas fora do trabalho) (Lefèbvre, 1970).

Outros autores, procurando uma diferenciação mais clara, consideram o ócio como o conjunto de actividades institucionalizadas ou em vias de institucionalização que se instauram no tempo livre, “sendo este delimitado a partir do tempo de trabalho, isto é, definido como valor económico determinado pelo estado das forças produtivas e pelos modos de distribuição do produto social” (Lanfant, 1972: 22).

Dado que, por um lado, se fala de uma prática social, o ócio, e, por outro, de uma duração, o tempo livre, as dificuldades de identificação permanecem. E “é por

extensão do sentido literal que a palavra ócio, que originariamente exprime uma qualidade subjectiva, tende a tomar um sentido objectivo, e designa tanto o tempo como um quadro de vida, um tempo vazio, o tempo livre ou as próprias actividades que o preenchem” (Lanfant, 1972: 23).

A análise das noções de ócio e tempo livre existentes em diferentes sociedades permite, também, clarificar melhor os seus significados. Por isso consideraremos, em seguida, alguns aspectos dessa relação. Já que o tempo livre é, em primeiro lugar, definido em oposição ao tempo de trabalho, não sendo um conceito autónomo mas um conceito de diferença, a sua relação com a sociedade assume um aspecto importante para a clarificação dos conceitos.

“Numa primeira reflexão é-se tentado a dizer que o ócio e o tempo livre existiram sempre em todos os tempos e em todas as idades” (Sue, 1981: 10). Afirmção que a uma primeira análise poderá transparecer como uma verdade evidente, pois que na vida dos homens ao tempo de trabalho se juntava um tempo de não trabalho, isto é, o esforço complementava-se com o descanso. Contudo, esta verdade evidente não passa de uma ideia falsa, de um preconceito etnocêntrico, porque não toma em conta que o modo como se concebem e praticam o trabalho e o não trabalho se modifica com os tempos.

Também a sua relação social, a sua inscrição na divisão social do trabalho, se alterou profundamente. De um privilégio exclusivo de classe a atributo diferenciador de classe com natureza e extensão diversas, assume situações variadas ao longo dos tempos e de sociedade para sociedade. As formas e conexões distintas que tomaram nas diferentes sociedades e épocas expressam-se nos valores que o trabalho e o ócio tomaram, na sua consideração negativa ou positiva.

Hoje, na nossa sociedade, a importância do ócio é muito grande, tomando ao tempo de trabalho uma porção cada vez maior. As lutas operárias, especialmente a partir do século XIX, alcançaram importantes reduções no tempo de trabalho e no reconhecimento do direito ao ócio pelas classes trabalhadoras. Esse facto conduziu a que alguns autores tivessem caracterizado a sociedade contemporânea como conducente a uma civilização dos ócios (Dumazedier, 1962; Fourástié, 1965; Touraine, 1962). Posição hoje discutível, já que a consideração de que a civilização industrial produziria uma outra em que o tempo livre tomaria proporções inéditas até à anulação do tempo de trabalho, como sonhavam os teóricos da sociedade da abundância, sofre contestação. Outros autores consideram, ao invés, que nalgumas sociedades antigas o tempo livre teria sido mesmo muito superior ao que dispomos actualmente, embora com expressões e qualidades diferentes.

Nas sociedades da Antiguidade Clássica, o ócio era atributo específico de classe, verificando-se uma separação social na relação trabalho/ócio. Ócio, em grego, traduz-se por *scholé*, que significa ao mesmo tempo ócio e instrução. A estes opunha-se *a-scholé*, definindo trabalho, estado de servidão. “O ócio tal como era compreendido pelos gregos implicava pertencer a uma determinada casta e gozar do estado de ociosidade” (Sue, 1980: 11).

Também na civilização romana a dualidade trabalho/ócio era idêntica na sua relação social. No latim, a *otium* (ócio) opunha-se *negotium* (privação do ócio, trabalho).

A prioridade dada ao ócio sobre o trabalho na filosofia clássica mostra bem esta relação social. Em ambos os casos, o trabalho é definido por um prefixo de negação, o que expressa o modo negativo como era visto socialmente.

Nas sociedades pré-industriais, de organização feudal, no mundo muçulmano e noutras do oriente, encontra-se a mesma clivagem entre uma classe ociosa, que gasta o seu tempo no ócio, e a grande massa de servos dedicados ao trabalho. A relação tempo de trabalho/tempo de não trabalho era, na sociedade medieval, regulada pela Igreja, por um lado, e pelos ritmos climáticos, pelo outro. Era um tempo cíclico, repetitivo, um tempo livre constrangedor, porque a inactividade era imposta e não escolhida. Marcado por rituais em que o peso da religião era dominante, a sua ritualização submetia-os a normas que excluía o livre arbítrio dos que nele participavam (Sue, 1980).

A decomposição da ordem social feudal e a estruturação da sociedade capitalista traz modificações tanto nas formas de divisão do trabalho como na ordem jurídica das relações sociais. Por um lado, na sequência da importância que o económico toma com o desenvolvimento do comércio e da produção de bens, o trabalho é valorizado socialmente. Começam a despontar as primeiras manifestações da ideologia do trabalho, que se afirma com a revolução industrial e com os pensadores do século XIX. Por seu turno, são tomadas perante o ócio, durante um largo período, em especial no século de oitocentos, atitudes no sentido da sua desvalorização em face do trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo industrial e as lutas sociais que o acompanharam vieram trazer uma revalorização do ócio, especialmente da passagem do século XIX para o século XX até aos anos (19)30. Este crescendo de importância do ócio, fruto das lutas sociais e políticas que levaram à modificação de atitudes perante a relação ócio/trabalho, apresenta-se a partir desta altura com uma nova configuração social, traduzida pelo acesso a ele por parte das classes trabalhadoras. Este facto regista uma diferente forma no uso do ócio na estrutura da sociedade, já que a ele têm acesso todas as classes sociais. O seu desenvolvimento e a democratização acarreta consigo o sonho da igualdade social pelo acesso ao ócio. Mas a igualdade perante os ócios está longe de ser alcançada, já que continuam a ser atributo das classes privilegiadas. A natureza quantitativa e elitista de determinados ócios, pela exigência cultural ou pelo custo do seu acesso, provocam uma clara segregação social. No entanto, o tempo livre tem uma configuração diferente das sociedades antigas, tanto pelas formas de relação social como pelas de relação espacial. A segregação faz-se também pela relação tempo-espço, pelo diferente poder de alcance espacial que diferenciam as classes sociais. Estas diferenças manifestam-se tanto em escalas locais como planetárias.

As relações do tempo livre e do ócio com a esfera do económico são importantes, como o são também com o domínio do ideológico e do político. Estas noções manifestam implicações culturais, de afirmação de liberdade, de criatividade, de estruturação social no domínio da reprodução social, pelo que são necessariamente ligadas à ideologia. O valor do ócio e do trabalho são determinados pelas ideologias dominantes, assim como as instituições políticas e ideológicas determinam as suas práticas. Em suma, o tempo e o espaço do trabalho e do ócio são segregados pelo poder.

A transformação das atitudes sociais perante o ócio e o trabalho acompanharam as mudanças da sociedade nos últimos dois séculos. Assim, também as transformações operadas desde os finais do século XVIII levaram ao desenvolvimento das Ciências Sociais, constituindo o trabalho e o ócio objecto de preocupação de políticos, críticos sociais e cientistas. As fases do seu estudo evidenciam diversos contextos sociais e científicos. Por isso, iremos referir-nos seguidamente ao desenvolvimento das investigações sobre o tempo livre e o ócio.

3. Os estudos do tempo livre e do ócio

O estudo do percurso teórico da abordagem do ócio e dos tempos livres torna-se importante para a sua compreensão e definição dos contornos que assumem as tomadas de posição dos vários estudiosos do tema.

A problemática do tempo e da sua medição, embora antiga, só se torna pertinente para o âmbito do nosso estudo a partir do século XIX, com a generalização das lutas operárias em prol da redução do tempo de trabalho e pela importância que o trabalho assumiu na sociedade industrial. O reforço da ideologia do trabalho com o advento da organização social capitalista e o lugar que aquela tomou na fase industrial enriquecem-no de uma carga moral. Empresários e críticos sociais louvam as virtudes do trabalho. O estatuto social das classes industriais toma um outro valor na sociedade. Em contrapartida, o ócio é objecto de condenação pelo seu carácter não produtivo, pela sua ineficácia social. Smith e Saint-Simon contam-se, entre tantos autores da primeira metade do século XIX, como apologistas do trabalho. A sociedade do século XIX é vista como uma sociedade de produção, onde o ócio é reprovado. Disso é paradigmática a *Parábola* de Saint-Simon, que condena a nobreza ociosa e afirma a sua inutilidade social em confronto com as virtudes do trabalho das classes laboriosas e da burguesia, cujo desaparecimento seria catastrófico para a nação, ao contrário do que aconteceria se tal ocorresse com a nobreza. Esta moral do trabalho, associada ao puritanismo, enraizou-se fortemente nas ideologias e na acção política. O ócio é proscrito em nome do racionalismo económico da sociedade capitalista nascente. “A ociosidade é um crime contra a sociedade e contra todos os que a compõem, a começar pelos operários” (Sue, 1980: 13).

A partir dos meados do século XIX, o tema do trabalho e do tempo do não trabalho, isto é, do tempo livre que o trabalho coercivo deixava, começa a surgir na ordem do dia, de um lado, nas intervenções políticas e nas lutas sociais pela redução da jornada de trabalho, pelo outro, nos escritos dos estudiosos da sociedade.

A redução do dia de trabalho que as classes populares conquistaram durante as lutas sociais da Revolução de 1848, sobretudo na França e na Alemanha, a qual foi, aliás, logo suprimida com o triunfo da contra-revolução que se lhes seguiu, traduz-se num dos marcos importantes das lutas pelo tempo livre. Estas lutas eram, então, ainda predominantemente caracterizadas pelo aumento do tempo de não trabalho, isto é, pela redução do tempo semanal de trabalho, pela conquista de um tempo de descanso maior.

Pela mesma época, meados do século XIX, os estudos de Marx sobre o valor-trabalho retomavam, de forma crítica, o tema dos economistas clássicos. Ainda aqui a importância central é dada ao trabalho, como em Smith e Ricardo, considerando que o homem deve ocupar uma parte do tempo diário a repousar e a assegurar a sua manutenção, ou seja, a reconstituir a sua força de trabalho. Estes estudos denotam já uma preocupação pela realização do homem, pela sua libertação na avaliação da relação entre trabalho e não trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual. Com os temas da alienação, do trabalho alienante e da realização do homem total, os seus primeiros escritos abrem caminho à problematização do tempo livre e do tempo de trabalho e à crítica do trabalho na sociedade capitalista.

Esta via é desenvolvida por Paul Lafargue, genro de Marx, em *O Direito à Preguiça* (Lafargue, 1884). Nesta obra célebre, o autor defende o direito ao ócio para as classes

trabalhadoras, já que a criação, a poesia e as artes eram apanágio das classes do ócio. Para Lafargue, o ócio devia deixar de ser uma categoria burguesa reservada à nova classe que destronou a nobreza. Esta preocupação em mostrar a relação entre o ócio e as classes sociais foi objecto de atenção, na mesma época, por outros autores. É a um investigador do final do século, ao americano de ascendência norueguesa Veblen, que geralmente se atribui a primeira obra declaradamente teórica sobre o ócio: *The theory of leisure class*, publicada em 1899. A esta obra liga-se toda uma corrente de pensamento e de investigação de diversos autores da segunda metade do século passado. As grandes teorias do seu tempo, a teoria dos instintos e a teoria darwinista da história, formam, em conjunto, a filosofia pessoal de Veblen (Aron, 1970: XXVII).

A Teoria da Classe do Ócio, na qual a sociologia do ócio descobre uma das suas referências capitais, é uma crítica violenta à sociedade do lucro e do regime capitalista. Nela, não só trata a questão do ócio, no fim do século XIX na América, como procura as suas raízes noutros tempos e traça a sua evolução, dentro de uma preocupação marcadamente evolucionista. Como diz o próprio autor, “propomo-nos examinar aqui o lugar e o valor da classe do ócio, tomada como factor económico da vida moderna”, “procurar qual a origem desta instituição e por que caminhos se tornou no que é presentemente” (Veblen, 1970: 1). O ócio é tomado como um símbolo de classe, não designa um estado de repouso ou de preguiça, é antes de mais um consumo improdutivo do tempo (Veblen, 1970; Lanfant, 1972), isto é, um tempo sem valor económico em relação ao trabalho produtivo. Neste aspecto, Veblen adopta as ideias fundamentais do pensamento social do século XIX, para quem o ócio e progresso social num determinado estágio de desenvolvimento são antagónicos. A estreita relação entre uma classe consumidora de bens supérfluos e improdutiva leva-o à caracterização de uma classe do ócio. “A classe ociosa é uma instituição”, expressão de posse e de prestígio social, bem evidenciados na sua preocupação de a estudar em relação com a propriedade e com as forças económicas. “No decurso da evolução cultural, a emergência de uma classe ociosa coincide com os primórdios da propriedade. Isto significa necessariamente que estas duas instituições resultam duma mesma série de forças económicas” (Veblen, 1976: 17).

Com o desenrolar do século XX, a análise das formas socioeconómicas dão, cada vez mais, expressão aos temas do ócio e dos tempos livres. Inicialmente ligado aos estudos sobre o trabalho na sequência do século anterior, o tema do ócio acaba por impor um campo disciplinar separado, por meados do século. A partir dos anos (19)20, desenvolveram-se duas correntes principais, cujas implicações com as sociedades onde se produziram são manifestas. Os objectivos sociais das estruturas sociopolíticas e as diferentes lógicas económicas criaram as condições de uma problemática distinta, que se expressaram em correntes teóricas diversas. Por um lado, as correntes desenvolvidas no contexto da economia capitalista, com especial significado para os Estados Unidos, e, por outro, as investigações que, na União Soviética, a implantação da via para o socialismo desencadeou. Neste segundo caso, segundo Lanfant (1972: 209), “o ócio é tratado como um produto determinado pelo crescimento industrial e técnico, o qual gera modificações no quadro (de vida) e nos modos de vida: aumento dos tempos livres, vida urbana, crescimento do nível de vida, extensão dos bens de conforto, etc.” Enquanto no primeiro, “ao contrário e em relação à abordagem anterior que subordina o individual ao económico, a análise do ócio à do trabalho, desenvolveu-

se nos anos (19)50 a sociologia do tempo livre tal como era concebida nos países do leste, e afirmar a independência do seu domínio e a capacidade do seu objecto” (Lanfant, 1972: 109).

Em qualquer das sociedades onde se desenvolveram as principais correntes de estudo desta problemática, uma percentagem cada vez maior da população teve acesso ao ócio e ao tempo livre. A planificação económica e a produção crescente dos objectos de consumo, que incentivavam o consumo privado, fazem com que a libertação do tempo de trabalho corresponda a um crescente controlo do tempo de não trabalho. Os problemas daí resultantes despertaram um vivo interesse e preocupação. Sociólogos, antropólogos e psicólogos estudam as práticas do ócio e as formas como é usado o tempo libertado pela redução do tempo de trabalho obrigatório. As formas como o fazem, as orientações que dão a esses estudos têm índoles e perspectivas diversas.

Uma destas perspectivas foi o estudo da utilização do tempo. O primeiro destes estudos foi realizado, em 1921, por Strumiline, a operários de Moscovo. Pela mesma altura, começaram a ser feitas nos Estados Unidos pesquisas sobre o uso do tempo. No caso dos Estados Unidos, inicialmente as ligações são estreitas com a antropologia (Mead, Lynde) e com a sociologia do trabalho (Mayo), manifestando-se também um despertar do tema, em meados do século, por influência de intelectuais emigrados, preocupados com a problemática geral da cultura e da crítica da sociedade (Fromm, Marcuse, Adorno).

Na tradição da sociologia norte-americana, e à margem das correntes empiristas, destacou-se sobretudo o nome de Riesman, autor de diversas obras, das quais ficou celebrizada *The Lonely Crowd* (1948). Nesta, o autor defende a tese da perda dos valores do trabalho e da superação dos antagonismos de classe, originada pela sociedade da abundância e pelo ócio. Este optimismo foi-se desvanecendo em trabalhos posteriores.

Na Europa, sobretudo na França e Inglaterra, desenvolveram-se estudos de que destacamos os de Friedmann e de Manheim. Friedmann produziu uma obra importante no domínio da sociologia do trabalho, onde deu relevo particular ao ócio e à problemática tempo de trabalho – tempo livre. Em *Le Travail en miettes* (1956) consagra-se ao estudo das tarefas repetitivas e parcelares e ao estudo dos seus efeitos sobre o comportamento de trabalho e tempos livres dos indivíduos submetidos à moderna divisão social do trabalho. Os tempos livres surgem como uma compensação às contrariedades do trabalho, pelo que é num alargamento do tempo livre e na sua utilização mais humana que vê uma primeira solução para o problema. Foi o primeiro sociólogo francês que, no dizer de Dumazedier, sublinhou o papel capital do ócio na humanização da civilização técnica (Dumazedier, 1962). Para Friedmann, o ócio é uma função derivada do trabalho, sendo concebido como uma compensação, pelo que o englobava no domínio da sociologia do trabalho.

Por seu turno Manheim, sociólogo alemão, emigrado em Inglaterra nos anos (19)30, desenvolveu diversos estudos sobre o ócio e o tempo livre na sociedade moderna. Para ele, o ócio era estreitamente associado à sociedade democrática e por esta se atingiria o desenvolvimento completo do indivíduo.

A partir dos anos (19)50 dá-se uma ruptura na orientação das investigações. Dumazedier, discípulo de Friedmann, destaca-se nesta orientação de pesquisa que conduz à autonomia da sociologia do ócio, separando o seu campo de estudo da sociologia do

trabalho. Para Dumazedier, o ócio tem como funções principais descontraír, divertir e desenvolver, isto é, para além da compensação do trabalho, o ócio é sobretudo um factor de desenvolvimento cultural (Dumazedier, 1962).

A evolução da sociologia dos tempos livres ou do ócio na União Soviética e nos países do leste da Europa reflecte a natureza social dos regimes desses países e as vicissitudes por que passaram. A Revolução de 1917 desencadeou na U.R.S.S. um primeiro surto de estudos, nos anos (19)20. Nestes estudos destacou-se a figura de Strumiline, como já referimos, com as suas investigações sobre a utilização do tempo. Lanfant considera-o como um feliz precursor deste tipo de análises, cujo objectivo era “eivar o nível de cultura socialista dos trabalhadores” (Strumiline, cit. por Lanfant, 1972: 143).

Na sequência destas investigações, numerosos estudos foram prosseguidos nos anos 30; contudo, os começos prometedores da sociologia dos tempos livres na União Soviética foram brutalmente interrompidos, em consequência de mudanças políticas e sociais entretanto ocorridas. Nos anos 50-60, assiste-se a uma renovação das investigações e é precisamente sobre os problemas do tempo livre que se fixa a atenção dos estudiosos. Desde há alguns anos, uma nova mudança se opera na U.R.S.S., sendo cada vez mais valorizada a noção de tempo livre individual ao contrário da tradição das investigações anteriores.

Deveremos referir ainda outros desenvolvimentos nos países em vias de transição socialista. Os países levados a cabo na Checoslováquia, associando o ócio à revolução técnica e científica (Richta) ou relacionando-o com o trabalho (Filipcova), assim como os empreendidos na Jugoslávia, sobre a problemática social do ócio (Ahtik), constituem algumas das suas expressões mais importantes.

De uma forma mais global, o tema do tempo livre e do ócio aparece em diversas obras de crítica da sociedade industrial. Autores como Marcuse, Fromm, Lefèbvre, Naville, Elias, para referir apenas alguns dos mais conhecidos, tiveram esta problemática dentro das suas preocupações. Os temas da alienação, a repressão, a ilusão da realização, as formas de manifestação ideológica, consumismo, cultura de massas, burocracia e urbanização são os que com maior frequência surgem nos escritos destes autores, associados ao trabalho e ao ócio. Estes estudos contribuíram em muito para uma crítica desmistificadora da crença de que o desenvolvimento do tempo de ócio e das suas práticas criaria uma igualdade social e uma nova libertação do homem. As implicações sociais, culturais e psicológicas destas críticas trouxeram à luz do dia contradições e ideologizações simplistas e evidenciaram a complexidade dos problemas e a importância das implicações práticas e ideológicas.

Além disso, o ócio e as suas configurações perpetuam hoje muitos dos mitos antigos, isto é, “os grandes mitos que fizeram voga durante o período greco-latino são reactualizados no jogo, no ócio, no desporto, no descanso, na viagem” (Dufour, 1970: 36). É para o ócio que são orientados os desejos e as esperanças, as quais são dimensões essenciais e universais do mito. “O ócio tem sido sempre o tempo mais favorável aos sonhos e à felicidade” (Dufour, 1970: 36).

O percurso teórico dos estudos sobre o ócio e o tempo livre que traçamos permite-nos concluir que as suas conceptualizações resultam ao mesmo tempo da investigação empírica e do enquadramento ideológico dos estudiosos. “Entre o conceito de ócio que o investigador construiu com fins operativos, com vista a orientar uma observação

objectiva dos factos, e a representação subjectiva do ócio, como interiorização de valores sociais, a linha de demarcação não se encontra claramente traçada” (Lanfant, 1972: 205). A apresentação que de seguida fazemos a propósito da definição de tempo livre e de ócio permite-nos ilustrar esta questão. A variedade das definições, a vacuidade de algumas e a imprecisão de outras são disso prova concludente.

Havigurst (1959) considera o ócio como um estilo de vida, a maneira como o indivíduo distribui as suas actividades no tempo. Por sua vez, Kaplan (1960) recusa reduzir o ócio às suas qualidades extrínsecas, tempo e espaço. No melhor sentido do termo, para ele, o ócio é o que permite ao homem renovar-se, conhecer-se, realizar-se.

O sociólogo francês Touraine considera o ócio como “uma acção livremente orientada para objectos ou valores que exigem tanto mais do indivíduo quanto vão mais separados dele pelo labirinto dos códigos sociais” (Touraine, 1969: 289).

Por seu turno, Dumazedier, a quem se deve uma extensa série de trabalhos sobre o tema, evidencia, ao longo da obra, uma variação no que respeita à definição de ócio, vindo em trabalhos recentes a acentuar o seu carácter idealista. Nos anos (19)50, Dumazedier apresenta o ócio como “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode dedicar-se de maneira completamente voluntária, seja para descansar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária, liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier, 1953 e 1960). Numa obra mais recente, *Loisir et culture* (1966), referindo-se ao ócio, define-o como uma “escolha que deixa ao indivíduo uma impressão de prazer” e como “uma actividade à qual o indivíduo adere de inteira vontade, livremente”. Nesta, Dumazedier propõe quatro critérios que permitem identificar o ócio: libertador, gratuito, hedonístico e pessoal. Estas definições de ócio implicam certas condições que se podem sistematizar em quatro conjuntos:

- 1 – uma ruptura com a situação de trabalho;
- 2 – uma escolha na aparência livre, na verdade, relativamente livre;
- 3 – o seu carácter desinteressado;
- 4 – empenhamento da personalidade e, de uma certa maneira, realização do seu ideal.

Procurando finalizar esta trajetória sobre as concepções do tempo livre e do ócio, a sua génese e evolução e a relação com as sociedades, concluiremos que o ócio designa ordens de factos diferentes, como tempo, no que se relaciona com o tempo livre, como actividade e, finalmente, como atitudes:

1 – Como quadro temporal (nas diferentes acepções), interrupção ou suspensão das actividades, paragem do trabalho (tempo de pausa, tempo livre do fim do dia após o trabalho, fim-de-semana, férias anuais, reforma, etc.);

2 – Como actividade ou conjunto de actividades: neste conjunto, enumeram-se uma grande série de ocupações de natureza variada, do *bricolage* aos desportos, da exposição aos *media* à exposição ao sol, do passeio de automóvel às viagens a longa distância, a lista é ilimitada;

3 – Como atitudes, disposições pessoais, conceitos individuais ou colectivos face ao tempo ou à acção (Lanfant, 1972).

Em suma, tempo livre e ócio têm a ver com as funções que desempenham na sociedade. Mas as funções são realizadas por diversas práticas exercidas em relação ao tempo (duração) e ao espaço (espacialidade).

No sentido de pesquisarmos essas relações passaremos de seguida ao estudo das funções do ócio, isto é, das funções das práticas do tempo livre.

4. Funções do ócio e do tempo livre

Um exame das funções do ócio permitirá colocar o problema e definir o âmbito deste estudo. O conceito de função será tomado de uma forma ampla, superando o âmbito restrito que assume quando visto no sentido de resposta pontual numa determinada situação. Referir-nos-emos ao conceito de função como as utilidades objectivas que apresenta um fenómeno num sistema social considerado, deduzidas da observação empírica da realidade” (Gras, 1975). Um uso simplista deste conceito arrisca-se a fazer esquecer a realidade contraditória do fenómeno.

No domínio da caracterização funcional do ócio e do tempo livre equacionaremos o problema de dois ângulos. Em primeiro lugar, teremos em consideração uma classificação com base nas categorias de utilidades que o ócio pode tomar, ou seja, função de evasão – compensação, função de recuperação e função de inversão (Gras, 1980). Em segundo lugar, daremos atenção à classificação de Dumazedier de 1962 e consideraremos, finalmente, uma outra, baseada nos domínios principais do contexto socioeconómico do ócio e do tempo livre: funções psicossociológicas, funções sociais e funções económicas (Sue, 1981).

A primeira classificação de funções que referimos, obedece às categorias de utilidades que o ócio pode tomar. Assim, consideraremos a evasão/compensação, a recuperação e a inversão, funções manifestas dos fenómenos de ócio, para além de outras não directamente resultantes da observação empírica da realidade, isto é, escondidas, e que designaremos de latentes.

1 – A evasão/compensação pode entender-se como fuga imaginária ou efectiva da realidade vivida como constrangedora e penosa.

2 – A recuperação, situada na mesma dimensão do trabalho, caracteriza-se por ser como que a preparação para o trabalho.

3 – Por último a inversão, de significado importante, é a negação de um papel, estatuto ou comportamento imposto ao indivíduo pela sociedade, que inverte deste modo as perspectivas constrangedoras desta sociedade (Gras, 1980).

Qualquer delas se manifesta em diversas práticas e em relação a fenómenos de ordem diversa, tidos em conta na segunda classificação. Esta, tem em conta as funções que se encontram em graus diversos no conjunto das práticas do ócio. Observa sobretudo os contextos das práticas e a relação dos indivíduos com esses contextos, segundo três níveis: o plano individual, o plano social e o plano económico.

No primeiro, as funções psicossociológicas têm como característica principal a possibilidade de uma compensação da vida de trabalho, senão total, pelo menos parcial. Esta compensação é essencial ao equilíbrio psicológico do indivíduo.

Neste plano, Dumazedier identificou as três funções que ficaram célebres pela fórmula D. D. D. (Sue, 1980: 54 a 64). D. D. D. – *délassement, divertissement, développement* (Dumazedier, 1962: 26-27). Descanso, divertimento e desenvolvimento, segundo o seu autor, sintetizaram os três domínios do plano individual que o ócio preenche. O descanso significa ao mesmo tempo repouso e libertação: função recuperadora importante como

forma primária de reprodução social; libertação psicológica dos condicionamentos e constrangimentos do trabalho obrigatório que pesam sobre o indivíduo. A esta juntam-se as funções de divertimento e de desenvolvimento. O divertimento completa o descanso e dá-lhe um conteúdo mais dinâmico. O aborrecimento e o tédio relacionados com a vida moderna, gerados pelo modo de vida urbano e pelo trabalho rotineiro e que se sobrepõem à fadiga física e nervosa, são compensados por uma actividade diferente. Nisto desempenha um papel importante o divertimento, como anestésico do quotidiano. Meio de esquecer momentaneamente o aborrecimento, lançando-se numa actividade lúdica, na procura de prazer de bem-estar – aspecto fundamental do ócio, já que actividade lúdica e prazer se identificam. Por fim, o último dos D., o desenvolvimento, é a mais ambiciosa, a menos comum das funções do ócio e a que se encontra pior repartida. A mais ambiciosa, porque supõe que depois do tempo de trabalho o indivíduo tenha guardado suficiente vontade para se lançar em actividades susceptíveis de participar no seu desenvolvimento intelectual, artístico e físico. A mais desigualmente partilhada, porque depende da educação, do nível de instrução e das condições económicas e profissionais para um indivíduo prosseguir um desenvolvimento pessoal. É considerada como a mais compensadora em relação ao trabalho, enquanto as outras se manifestam mais como uma fuga pelo ócio.

Por sua vez, Sue (1980) define, além das funções sociopsicológicas, seguindo Dumazedier, funções sociais e económicas. As funções sociais do ócio preenchem a relação do indivíduo com a sociedade. Estas são analisadas ao nível da sociedade no seu conjunto. Várias funções importantes podem ser referidas neste plano de análise. Tomemos três das mais significativas: uma função de socialização, uma função simbólica e uma função terapêutica.

A relação indivíduo/sociedade e o problema da integração social são dos problemas mais candentes da vida das sociedades modernas. A individualização acentua-se, os riscos de solidão são maiores, com profundas alterações nas formas de comunicação, fragmentando-se e deteriorando-se as de nível interpessoal. A divisão de trabalho, a separação espacial entre lugares de residência e de trabalho, a crescente natureza individual do consumo dificultam os aspectos de socialização, com especial relevo para os que tradicionalmente se encontram polarizados pela família. Com uma função de integração social de grande importância, o agrupamento familiar vem perdendo esse papel em favor de outras instituições, em especial nas sociedades urbanas e industriais. Uma dessas funções é a de núcleo social das actividades de ócio. Outros núcleos de socialização lhe tomam, portanto, o lugar já que o ócio tem uma parte importante na função de socialização. Na sua realização evidenciam-se os clubes, associações e grupos de identificação social ou cultural, assim como os grupos organizadores de espectáculos de massas, festas, festivais, espectáculos desportivos. Mas apesar da perda da hegemonia, a família desempenha ainda um papel muito importante.

A função simbólica como uma das funções sociais manifesta-se pelos códigos que as práticas do ócio conotam e que têm a ver com a estratificação social. Devem-se a Veblen as primeiras considerações sobre o ócio como “antes de mais, um símbolo de classe”. Pelos clubes frequentados, os desportos praticados, as formas e os rituais que as práticas apresentam, os ócios são sinais exteriores de pertença a determinadas classes ou grupos sociais. O ócio pode ser considerado como símbolo de uma afirmação pessoal ou de uma classe social. Enzenberger considerou, para o fim do século XIX,

o palacete como o “palácio da grande burguesia” criando “um desterramento no tempo e no espaço, mas também um desterramento social, sob a forma de *high life*” (Enzenberger, 1969: 230).

A função terapêutica do ócio reúne as duas primeiras funções psicossociológicas, já referidas, descanso e divertimento. O seu carácter social é evidente, manifestando-se de forma mais perceptível nos ócios físicos. A recuperação física e psicológica que propiciam, conduzem ao estabelecimento do equilíbrio do organismo e, portanto, à qualidade de saúde das populações e à menor frequência de ocorrência de determinadas doenças. A prática dos passeios, actividades desportivas ou desportos de competição contam-se entre as práticas mais difundidas ligadas à função terapêutica.

Por último, o ócio, como fenómeno da sociedade não pode, como vimos antes, ser desligado do sistema económico. Esta relação como económico contraria a tendência “em explicar o ócio somente em relação ao trabalho e a excluí-lo arbitrariamente do ciclo da produção-consumo” (Sue, 1980: 74).

Numa sociedade em que as actividades ligadas ao consumo tomam uma importância crescente, ao ponto de se lhe atribuir a designação de sociedade de consumo, não se podem esquecer as actividades de ócio inseridas nesse circuito. Mesmo algumas dessas actividades que aparentemente são consideradas como funções essenciais de manutenção da vida, como a alimentação, quando praticadas em determinadas ocasiões e em certos lugares, mantêm uma ambiguidade de funções. Evidenciam-se, por vezes sobremaneira, a função de socialização e o papel hedonista, manifestando-se a sua importante faceta de ócio.

A produção de ócios, ou a “indústria dos ócios” segundo alguns autores, transformou-se numa cadeia importante nas economias ocidentais, contribuindo fortemente, em alguns casos, para os orçamentos nacionais. Os jogos, o turismo, o desporto, as cadeias de hotéis, entre outros, assumem hoje uma importância muito grande na economia e transformaram os usos do espaço nas suas formas de ocupação, na periodicidade, no incremento da circulação de pessoas e conseqüente desenvolvimento das vias de comunicação. A estrutura do emprego das zonas afectadas, a par da manifestação crescente de novos tipos de mobilidade populacional, que assumem por vezes formas massivas, são duas das suas maiores implicações sociais. Esta importância do ócio é um resultado de uma longa evolução que não cabe no âmbito deste texto particularizar.

5. As práticas dos ócios

A diversidade das actividades ligadas aos ócios e às situações em que se praticam, isto é, dos lugares e dos tempos dessas actividades, tornam difícil uma ideia definida das suas práticas. A infinidade e diversidade obrigam a uma classificação que, como todas, é susceptível de discussão. A resposta ao problema da sua sistematização, que uma ordenação em classes visa, pode ser vista de vários ângulos.

Assim, uma classificação que tenha em vista dar conta das diversas situações de ócio e da ocupação dos tempos livres deverá responder a diversas questões. Como se repartem, que tempo ocupam, em que lugares se praticam e porque lugares se repartem, que categorias e classes sociais se lhe dedicam são alguns dos critérios que deverão presidir a uma classificação das práticas dos ócios.

A partir da consideração da gênese dos ócios ou apenas da sua estrutura formal poderemos equacionar o problema em dois tipos de classificação: classificações genéticas e classificações sincrónicas (Dumazedier, 1974).

1. As classificações genéticas têm em conta a gênese e a evolução dos ócios. Impõe-se como ilustração a referência a algumas. Uma delas, devida a Ahtik (1955), opõe ócios tradicionais, como conferências, leitura, música, arte, a ócios modernos, os quais são consequência de invenções, o automóvel, a rádio, o cinema. Outra, como a definida por Lynd (1925), numa via igualmente histórica baseia-se, à luz do progresso, na pesquisa da cultura de massa. Assim à cultura tradicional (vida familiar, saídas locais, café), na origem, faz suceder a cultura humanista (conferências, círculos de educação popular) e, por último, a cultura de massa (emissões de rádio, cinema) (Dumazedier, 1974).

2. As classificações sincrónicas procuram uma diferenciação dos tipos de ócio segundo as suas características formais. São diversas as tentativas dentro deste critério, de que se salientam algumas. Havigurst (1955) define onze categorias entre as quais se contam tipos como participação em grupos, viagem de recreio, participação em actividades desportivas, televisão e rádio, trabalhos manuais, actividades de imaginação, visitas amigos e familiares. Por seu turno, Foote e Cottrel (1956) apontam apenas cinco: os jogos físicos, os trabalhos manuais, o devaneio, os jogos intelectuais e os jogos artísticos (Dumazedier, 1974: 101 a 102).

Dentro deste tipo de classificações, uma das tentativas mais sugestivas é a proposta por Kaplan (1960) que procurou reduzir as actividades do ócio a seis tipos principais, relacionando-os a seis centros de interesse:

TIPOS DE ÓCIO	CENTROS DE INTERESSE
1. Sociedade	- as pessoas
2. Associação	- os interesses
3. Jogos	- as regras
4. Artes	- as tradições
5. Exploração	- ir para o mundo
6. Imobilidade	- receber o mundo

Por último, referiremos a proposta de classificação elaborada por Dumazedier, autor com larga experiência neste domínio de estudos. A tipologia proposta procura a definição de tipos em que a perspectiva sincrónica é associada a um critério de desenvolvimento cultural. Assim aponta três grandes grupos: ócios físicos, artísticos, práticos, intelectuais e sociais (Dumazedier, 1974).

Este percurso a propósito da classificação das actividades do ócio procurou mostrar, para além das divergências a dificuldade de uma classificação definitiva. Por isso, e na impossibilidade de uma elaboração plenamente satisfatória, adoptaremos, pelas necessidades práticas do estudo e pelos seus objectivos teóricos, uma classificação dos tipos de ócio, sob uma óptica sincrónica, algo semelhante à de Dumazedier (Sue, 1981). As questões relativas ao espaço e ao tempo das práticas dos ócios serão analisadas. Porque os limites entre os tipos são fluidos e apenas, para facilitar a inteligibilidade dos fenómenos, se separam, deparamo-nos com constantes dificuldades. Uma característica comum é que todos, em graus diversos, contribuem tanto para o desenvolvimento cultural como para a socialização.

Distinguiremos quatro grandes categorias de actividades de ócio (Sue, 1981): físicos, práticos, culturais e sociais.

O primeiro grupo, os ócios físicos, considera as actividades que implicam a manutenção do corpo, as práticas culturais de expressão física do indivíduo. Estas visam procurar uma sensação de descanso físico. “Estas actividades são tanto mais estimadas quanto o modo de vida urbano reduziu as possibilidades de expressão física do indivíduo. As condições de trabalho multiplicam os factores de constrangimento físico e de tensão nervosa. O descanso físico é um meio de descontração privilegiado.” (Sue, 1980: 83). Por isso, torna-se uma necessidade crescente, adoptada cada vez mais, pelas populações urbanas.

Poderemos considerar três tipos principais que se diferenciam pelo grau de empenhamento, intensidade, periodicidade e grau técnico das suas práticas.

1. O passeio como ócio físico é um elemento de descontração muito frequente. O passeio pelo campo, praticado pelas populações citadinas tem uma grande popularidade. A procura de espaços livres, a calma e o ar puro têm numerosos adeptos. Se bem que o mais divulgado, poderemos englobar neste tipo outras formas de passeio: o movimento inverso das populações campestres à cidade, os passeios pela montanha, etc.

2. O ócio desportivo, já implica um grau diverso de empenhamento, de esforço físico e de periodicidade. Pode considerar-se um estágio superior de actividade física podendo as práticas ser feitas em diversas formas de relação: solitárias, em família, em grupos.

Os jogos assumem neste tipo uma evidência maior, desde os jogos tradicionais aos modernos. Entre estes poderemos referir o atletismo, o ciclismo, o *footing*, o ténis e outros jogos de raquete, os diversos jogos de bola, o hipismo, etc. Geralmente praticados fora de casa, em ginásios ou ao ar livre, necessitam de espaços, com maior ou menor extensão, mais apropriados senão especializados, como campos desportivos, pistas, etc. Esta especialização espacial leva a que nos “espaços verdes intraurbanos ou nas matas da periferia das cidades, se reúnam no fim do dia, ou durante o fim-de-semana, os adeptos cada vez mais numerosos dos passeios a pé (*footing*)” (Sue, 1980: 85).

3. Por último, o desporto. É um ócio muito menos praticado, pois requer um maior esforço físico e uma prática mais contínua. Actividades como a natação, a ginástica, o futebol e o atletismo são práticas das mais populares tendo uma significação social de duas facetas. Um aspecto diz respeito à prática e aos praticantes pelo empenhamento, periodicidade em que a fronteira entre ócio e trabalho se atenua. O outro concerne à dimensão espectáculo que comporta a separação entre praticante e espectador das práticas. O futebol das tardes de domingo é uma prática desportiva e um espectáculo com uma importância muito grande na ocupação dos tempos livres. Multidões acorrem semanalmente aos espectáculos de futebol, projectando nessa prática um imaginário de identificação, tanto social, como individual.

O segundo grupo, os ócios práticos, englobam todas as actividades que necessitam de uma realização concreta e um trabalho manual qualquer. A bricolagem, a jardinagem, os trabalhos de pintura, de labores são alguns dos exemplos destas práticas.

Mas algumas dúvidas se põem em relação a muitos destes ócios. “O seu carácter utilitário permitirá considerá-los como prática de ócio” (Sue, 1980: 85). Esta questão levar-nos-ia a uma discussão que ultrapassaria o âmbito deste texto. Contudo, parece-nos não haver contradição entre utilidade e ócio, já que todo o ócio tem utilidade.

Nesse sentido poderemos afirmar que alguns dos atributos definidos para caracterizar o ócio, por parte de alguns autores, enfermam de uma acentuada visão idealista.

Este tipo de ócio manifesta uma separação de práticas segundo o sexo que se radica em hábitos culturais fortemente enraizados. Dificilmente, também, se diferenciam de actividades obrigatórias ou coercivas, praticadas durante o tempo libertado pelo trabalho. Exemplos como cozinhar e costurar ou a diversidade de actividades do *do it yourself* mostram que a distinção entre obrigação e ócio é extremamente difícil. Por isso, oferece maior justeza, partir de uma posição de análise que tome antes em consideração as práticas de ocupação de tempos livres, do que uma discussão do que deve ou não deve ser considerado ócio. A natureza das práticas pode ajudar a definir muito melhor o que deve ou não ser englobado nas formas de ócio.

Passamos agora a referir-nos ao terceiro grupo que designaremos por ócios culturais. Estes entendidos como práticas culturais são fundamentais no desenvolvimento e expansão da personalidade. “Para o homem que trabalha, toda a actividade de participação activa na vida cultural, isto é toda a actividade de criação ou compreensão de uma obra, de qualquer natureza que seja, é uma actividade de ócio.” (Dumazedier, 1962: 123). As actividades culturais são necessárias à compreensão do ambiente, da estrutura social e, conseqüentemente, à boa inserção social. São-no também ao desenvolvimento do sentido artístico, factor de realização pessoal. Televisão, rádio, festas, teatro, cinema, leitura são as suas expressões formais. Contudo a sua repartição temporal e espacial é diversa, como o é do ponto de vista social. Varia com as diferentes exigências de concentração e empenhamento dos participantes que são função dos níveis de rendimento, posição de classe e estatuto social das pessoas.

Fora a televisão ou a rádio, os ócios culturais são muito pouco difundidos nas populações e envolvem uma pequena percentagem de praticantes, já que exigem um grau de participação mais profundo.

Desigualmente repartidos na população, são os que fazem surgir, mais que qualquer outras formas de ócio, desigualdades de práticas muito profundas entre classes sociais. Poderemos dizer que são apanágio de minorias pois “não é difícil mostrar que os ócios, longe de atenuar as desigualdades dos diferentes grupos sociais em face da cultura, antes, pelo contrário as revelam à luz do dia.” (Cronic, 1972: 383).

A televisão e a rádio são dos poucos ócios culturais cuja assiduidade é inversamente proporcional ao lugar ocupado na hierarquia social. A televisão pode ser considerada como um “fenómeno cultural que tende a ser comum a todas as classes, todas as categorias sociais” (Dumazedier, 1962: 156), que implica uma atitude passiva do espectador. Apresenta, no entanto, diferentes níveis de assistência, com especial incidência nos fracos índices de participação das camadas sociais com níveis culturais mais evoluídos e mais exigentes. A rádio, embora vítima da extensão de audiência da televisão, desempenha ainda um largo papel na ocupação dos tempos livres. A importância da rádio mantém-se pela feição mais participativa que assumiu como consequência de um concorrente importante como a televisão. A comunicação com os ouvintes e a participação destes no desenrolar dos programas deu-lhe uma renova de audiência, pela procura dos que se sentem sós nas várias partes do dia, na manhã, na tarde ou na noite.

Pelo contrário, a leitura apresenta-se-nos como um domínio de práticas culturais menos populares e mais fortemente correlacionadas com a categoria socioprofissional e

o nível de instrução. Contudo os graus de práticas variam conforme o tempo e o tipo de leitura. Dos jornais diários aos livros vão diferenças muito grandes. A leitura de livros é um ócio cultural desigualmente partilhado, conforme a natureza dos assuntos para além de ser, já por si, uma prática cuja participação é fraca. Daí que as maiores clivagens surjam se se tiver em conta apenas a leitura de livros, já que dependem do grau de instrução, da idade e dos hábitos culturais das classes sociais e das camadas de classe. Poderemos dizer que a leitura é mais assiduamente praticada por categorias sociais de maiores níveis culturais.

Da mesma forma, os espectáculos de cinema, teatro, concertos musicais, bailados têm níveis de participação menores. Contudo, dentre eles surgem diferenças podendo considerar-se o cinema como a forma mais popularizada e com maiores assistências. “Assistir a um espectáculo, cinema, teatro ou concerto, é considerado como o ócio cultural por excelência” (Sue, 1980: 93).

Estas são das práticas culturais mais valorizadas socialmente visto que exigem motivação e informação da parte dos participantes. A posição de espectador nestes espectáculos implica uma maior exigência cultural do que noutros tipos de ócio da mesma natureza. Poderemos considerá-las como práticas culturais activas, porque exigem iniciativa e porque implicam uma ida a locais específicos. A estas práticas culturais activas oporemos, as práticas culturais passivas que caracterizam as praticadas no domicílio. Este tipo de ócio, é pois um ócio elitista sendo “a frequência dos espectáculos fortemente influenciada pela categoria socioprofissional e o nível de instrução” (Sue, 1980: 95).

Resta-nos, por último, referir-nos aos ócios sociais. Compreendem todas as práticas de ócio ou de preenchimento do tempo livre nos quais a actividade relacional predomina. Aparecem por vezes associados com uma actividade secundária: tomar café, beber um copo, ir ao restaurante, etc. A sua importância na socialização do indivíduo é primordial, desde o nível familiar ao da comunidade, como ao dos diferentes estratos socioprofissionais e políticos. O seu significado nas relações de sociabilidade nos níveis extra-familiares é tão significativo que se denotam pelos tipos de lugares que se geram e pela frequência de lugares e instituições, como cafés, clubes e associações de diversos tipos e níveis sociais e culturais. Por vezes, nestas práticas processam-se diferenciações e segregações acentuadas em que se expressam diversos símbolos de classe, de profissão, de etnias, de *castas* culturais. Um outro aspecto destas práticas é o papel desempenhado por clubes e colectividades locais no fomento de actividades culturais, numa acção educativa e de desenvolvimento de cultura e de integração social. Nas áreas urbanas e suburbanas são um factor de incremento, muito importante, das práticas culturais e de sociabilidade.

Bibliografia

- Arents, P. 1971, ‘Ocios y educación permanente’, in , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Aron, R. 1970, *Avez-vous lu Veblen?*, prefácio à edição francesa de T. VEBLEN, *Théorie de la classe de loisir*, Galimard, Paris.
- Athalin, C. & Merle, V. 1979, *Les loisirs*, Hatier, Paris.

- Bale, J. R. 1981, 'Geography, sport and Education', *Geography*, 291, vol. 66, 2, April 1981.
- Baudrillard, J. 1970, *La société de consommation*, Gallimard, Paris.
- Cacères, B. (1973) *Loisir et travail, du moyen âge à nos jours*, Editions du Seuil, Paris.
- Caillois, R. 1958, *Les jeux et les hommes*, Gallimard, Paris.
- Caseneuve, J. 1970, *Les pouvoirs de la télévision*, Gallimard, Paris.
- Chauchard, P. 1968, *Trabalho e lazeres*, Atlântida, Coimbra,
- Coronio, G.R. e Muret, J. P. 1977, *Loisir, du mythe aux réalités*, C.R.U., Paris.
- Cribier, F. 1971, 'La géographie de la récréation en Amérique anglosaxonne', *Annales de Géographie*, n° 442, pp. 644-665.
- Cronic, M. 1972, 'La sociologie des loisirs, l'homme en repos', in *La Sociologie* vol. 2, Dictionnaire Marabout, Paris, pp. 364-387.
- Domenach, J. M. 1971, Ocio y trabajo, in , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Dufour, R. 1970, *Le mythe de l'weekend*, Éd. Du Cerf, Paris.
- Dumazedier, J. 1954, 'Les loisirs dans la vie quotidienne', *Encyclopédie française*, tome XIV, section G.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Travail et loisir', in Friedmann, G & Naville, P., *Traité de Sociologie du travail*, tome II, Armand Colin, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Loisir et éducation permanente', in *Encyclopédie Universalis*, tome 4 e 6, Paris.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre critique de la civilisation du loisir*, Editions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1988, *Révolution culturelle du temps libre, 1968-1988*, Méridiens Klincksiech, Paris.
- Dumazedier, J., Imbert, M. & Duminy, G. 1967, *Espace et loisirs dans la société française d'aujourd'hui et de demain*, Editions du C.R.U. 2 vols.
- Dumazedier, J. et al. 1971, *Ocio y sociedad de clase*, Fontanella, Barcelona, tradução espanhola de *Les loisirs*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Prost, G. 1962, 'Géographie des loisirs', in Journaux, A, Deffontaines, P. & Brunhes-Delamarre, M. J. (dirs.), *Géographie générale - Encyclopédie de la Pleiade*, Gallimard, Paris.
- Dumazedier, J. & Rippert, A. 1966, *Loisir et culture*, vol. I de *Loisir et la ville*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Samuel, N. 1976, *Société éducative et pouvoir culturel*, vol. II de *Loisir et la ville*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dunn, D. R. 1979, 'Recreation, Open Space and Social Organization', in *autor, Land and Leisure*, Londres.
- Fougeyrollas, F. 1971, 'La familia, comunidad de ocios', in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Fourastié, J. 1965, *Les 40 000 heures, le travail d'une vie demain*, Médiations, Gauthier, Paris.
- Fourastié, J. 1970, *Des loisirs, pourquoi faire?*, Casterman, Paris.
- Friedmann, G. 1953, *Où va le travail humain ?*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1957, *Le travail en miettes*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1970, *La puissance et la sagesse*, Gallimard, Paris
- Gaviria, M. 1971, *Campo, Urbe y Espacio del Ócio*, Siglo XXI, Madrid.

- George, P. 1974, L'ère des techniques, constructios ou destructions?, P.U.F., Paris.
- Gras, A. 1975, 'Le monde des loisirs', in Akoun, A. (ed.), *Encyclopédie de Sociologie, le présent en question*, Larousse, Paris.
- Grazia, S. 1966, *Tiempo, Trabajo y Ócio*, Ed. Technos, Madrid.
- Hourdin, G. 1961, *Le monde des loisirs*, Calman-Lévy, Paris.
- Ignatiev, N. & Osspov, E. 1971, 'El comunismo y el problema de los ocios', , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Lafarge, P. 1975, *O Direito à Preguiça*, Teorema, Lisboa.(1ª edição, 1983)
- Laurent, A. 1972, *Libérer les vacances?*, Éditions du Seuil, Paris.
- Lanfant, M.-F. 1972, *Les théories du loisir*, P.U.F., Paris.
- Lefèbvre, H. 1969, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Gallimard, Paris.
- Maget, M. 1971, 'Los rurales', , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Milroup, J. 1982, Les fonctions touristiques et de loisirs en Loire moyenne. Contribution à l'étude de l'aire des loisirs des parisiens, *L'information géographique*, 46, pp. 169-172.
- Morin, E. 1962, *l'esprit du temps*, Grasset, Paris.
- Parker, S. 1976, *The Sociology of Leisure*, Londres
- Parker, S. 1979, 'Leisure in Life Cicle', in Patmore, J. A., *Land and Leisure*, Londres
- Patmore, J. A. 1972, *Land and Leisure*, Pelican Book, Hardmonds-Worth.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*, Basil Blackwell, Londres.
- Patmore, J. A. 1980, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 5, pp. 87-92.
- Patmore, J. A: e Collins, M. 1981, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography* y, 4, pp. 91-97.
- Sue, R, 1980, *Le loisir*, Col Que sais-je?, P.U.F., Paris.
- Sue, R. 1984, *Vers une société du temps libre?*, P.U.F., Paris.
- Touraine, A. 1969, *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Bibliothèque Mediations, Denoel Gonthier, Paris.

Série

Ensino

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2008

